

ID: 117896708

27-06-2025 | WEEKEND

ANÁLISE



Os arquivos da PIDE/DGS, constituídos por cerca de seis quilómetros de papéis, estão na Torre do Tombo. A sua abertura, em 1994, suscitou um intenso trabalho de investigação que já permitiu a produção de muitos trabalhos académicos e jornalísticos, livros, documentários, séries e filmes. Sem estes arquivos, "era muito difícil fazer a história do Estado Novo" afirma Luís Trindade, diretor do Instituto de História Contemporânea

# Ficheiros secretos o que falta saber para escrever a história

Jorge Paula



Em dezembro de 1981, as Forças Populares 25 de Abril (FP-25) reivindicaram um atentado com um engenho explosivo junto à 31.ª esquadra da PSP, no Rêgo. A documentação dos Serviços de Informações sobre a atuação deste movimento terrorista de esquerda poderá ser desclassificada em breve, juntamente com centenas de outros documentos do seu espólio, do período entre 1985 e 1990, que não coloquem em causa a segurança nacional.



Huan Correia

D.R.

Os documentos oficiais escritos continuam a ter uma enorme relevância para o estudo da história contemporânea, apesar de os investigadores contarem também, nalguns casos, com os testemunhos orais e registos audiovisuais. Por isso, cada vez que surge o anúncio de que um arquivo vai ser desclassificado, a comunidade científica rejubila. O Vaticano abriu uma parte do seu arquivo secreto, Trump divulgou milhares de ficheiros do assassinato de JFK e, em Portugal, surge agora a notícia de que os Serviços de Informações estão a avaliar a desclassificação de documentos do seu espólio entre 1985 e 1990. A decisão pode dar um novo impulso ao conhecimento da história recente do país, tal como aconteceu com os arquivos do Estado Novo, há 30 anos.

#### FILIPA LINO

flino@negocios.pt

**H**á um ano de ouro para a história contemporânea portuguesa - 1994. Foi nessa data que a Assembleia da República aprovou uma lei que desclassificou os documentos associados ao regime anterior ao 25 de Abril. Essa abertura dos arquivos, ainda que com algumas restrições, "foi um momento importante para a história do país", recorda Silvestre Lacerda, antigo diretor da Torre do Tombo. A partir dessa documentação, houve um salto no conhecimento do Estado Novo que fez disparar a produção científica, jornalística, literária e até de séries de televisão e filmes.

"Portugal assumiu praticamente a vanguarda nesse processo de desclassificação de documentos porque os outros países europeus têm leis mais restritivas em termos de tempo. Em França, por exemplo, ainda hoje há muita dificuldade em aceder aos arquivos do Governo de Vichy ou da

guerra da Argélia", refere a título de exemplo.

Agora, podemos estar prestes a viver mais um momento determinante para o conhecimento da história recente do país. De acordo com uma notícia do Expresso de 29 de maio, os serviços de informações portuguesas estão a considerar desclassificar centenas de documentos do seu espólio, do período entre 1985 e 1990, que não coloquem em causa a segurança nacional. O Negócios tentou apurar junto do SIS que documentos em concreto estão em causa, quando e onde ficarão disponíveis para consulta e se haverá restrições de acesso, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.

A notícia do Expresso, que cita fontes conhecedoras do processo, avança que o SIS está a analisar documentação na área do contraterrorismo, o que inclui a fase final da atuação das Forças Populares 25 de Abril (FP-25), outros movimen-

continua

continuação

tos de extrema-esquerda e “atividades ilegais de serviços de informações estrangeiros em território nacional que operavam a soldo de potências inimigas, como a extinta União Soviética, no final da Guerra Fria”. Um dos nomes que deverá constar nesses documentos é o da médica Isabel do Carmo, que nessa altura fazia parte da Comissão Pró-Amnistia para os presos das FP-25 de Abril. Antes disso, pertenceu ao grupo de extrema-esquerda Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), de que foi fundadora. Esteve presa entre 1978 e 1982, por alegada cumplicidade e encobrimento em assaltos a bancos, acabando depois por ser absolvida.

Nos últimos tempos, há um crescente interesse por parte de historiadores e outros investigadores sobre estes temas dos movimentos de esquerda antes e após o 25 de Abril, diz. A maior parte das vezes com “boa intenção”. Mas teme que abrir esses documentos, no contexto político atual, possa “dar lenha aos discursos do Chega”. Esse mexer no passado pode ser aproveitado para “levantar outra vez a ideia do terrorismo de esquerda”. Apesar disso, defende que os arquivos devem ser estudados.

As FP-25 são um processo “bastante traumático para a sociedade portuguesa, tanto à esquerda como à direita”, considera Luís Trindade, diretor do Instituto de História Contemporânea (IHT). Até há 10, 20 anos, “as coisas ainda eram encaradas de uma maneira muito militante”. Talvez agora já se comece a olhar para este fenómeno “de uma maneira um bocadinho mais distanciada”, defende o historiador.

Raquel Beza da Silva acaba de publicar o livro “Histórias de Vida da Luta Armada: antes e depois do 25 de Abril”, pela Tinta-da-China. A investigadora integrada no Centro de Estudos Internacionais do Iscte-IUL tem-se dedicado a estudar diferentes formas de violência política e considera que a desclassificação destes arquivos do SIS “é um passo muito positivo e necessário” para “uma compreensão mais rigorosa e contextualizada destas organizações e do período em questão”.

A distância temporal de quase quatro décadas “permite agora uma análise mais objetiva, sem comprometer questões de segurança nacional contemporâneas”. Na sua investigação, a especialista em relações internacionais percebeu que ainda “existem lacunas documentais que dificultam uma análise completa”. A abertura dos arquivos “pode preencher algumas dessas lacunas”, diz.

#### UMA QUESTÃO DE SENSIBILIDADE

Os documentos “sensíveis” podem ter diferentes graus de classificação – muito secreto, secreto, confidencial e reservado –, de acordo com a normas e princípios estabelecidos para garantir a proteção de informações classificadas no contexto da segurança nacional em Portugal. O segredo de Estado é o mais excepcional de todos e há poucos documentos assim classificados, disse fonte conhecedora destes procedimentos administrativos ao Negócios.

No caso dos Serviços de Informações, toda a documentação produzida no âmbito da sua atividade está automaticamente classificada como segredo de Estado, por força da lei. E só pode ser desclassificada por iniciativa das próprias “secretas”.

Esta é, por isso, uma boa notícia para os historiadores. “A nossa vontade é que abram e com a maior liberdade possível, porque estes arquivos de Estado são muitas vezes absolutamente preciosos para se fazer

história”, afirma Luís Trindade.

Os documentos das polícias, em particular, trazem um manancial de informação, por duas razões. “A polícia, por natureza, está atenta à sociedade, sobretudo a espaços e comunidades menos visíveis e, em segundo lugar, escreve muito.”

Foi o que aconteceu com os arquivos da PIDE, por cuja abertura os historiadores muito se bateram. “Enquanto polícia política, a PIDE era um instrumento infame do Estado Novo, mas, ao mesmo tempo, deixou material importante para percebermos o que era esta máquina estatal e como funcionava a sua vigilância sobre a sociedade”. Isso “entusiasmou os historiadores porque ajudou a descobrir muitas coisas” e também permitiu “perceber o horror da vigilância e da tortura”. Sem isso, “era muito difícil fazer a história do Estado Novo”.

Irene Flunser Pimentel é uma das historiadoras que mais estudou os arquivos do Estado Novo, sobretudo o da PIDE. Defende que não existe perigo em abrir o acesso aos documentos do SIS no período de 1985 a 1990.

“Considero que, a partir do momento em que um processo termina, é história contemporânea”, responde. “O processo das FP-25 acabou. Não há resquícios. E, em relação aos espões estrangeiros, acontece a mesma coisa. A Guerra Fria foi um processo que também terminou em 1989/1990”. Por isso, não vê motivos para não serem abertos.

Pelo contrário, estes documentos podem ajudar a “ultrapassar ideias feitas e erradas”, tal como aconteceu com os arquivos do Estado Novo, que deitaram por terra, por exemplo, a ilusão “de que não havia políticos corruptos na ditadura”.

A grande questão que se coloca é a existência de descendentes dos visados nos documentos. “É por isso que a Torre do Tombo ou os arquivos nacionais optam por, ainda hoje, não disponibilizar todos os documentos a historiadores, investigadores ou jornalistas. Por exemplo, os documentos dos informadores da PIDE continuam a ser classificados. Não há uma lei sobre isso. É uma decisão da própria Torre do Tombo, que era justificada na altura, quando os arquivos foram abertos em 1994, mas que, 50 anos depois [dos factos], já não faz sentido”.

Quando fez a investigação sobre a PIDE não a deixaram ver os cadastros que vinham desde o tempo da PVDE. “Com muita luta, acabei por conseguir vê-los, numa sala à parte, escondida, durante seis meses, porque não pretendia obter os nomes dos presos, mas sim recolher informação para fins estatísticos”.

#### AINDA HÁ MUITO PARA SABER SOBRE A GUERRA

Há arquivos da guerra colonial que não estão disponíveis, apesar da pressão de muitos historiadores e investigadores. Os ficheiros das Forças Armadas ainda têm muito material que vai dar “pano para mangas”, refere a historiadora. Na Marinha, por exemplo, já começaram a ser desclassificados muitos documentos do Arquivo Histórico, desde que, em 2017, aquele ramo militar criou a Comissão de Desclassificação de Documentos, relativos a operações militares na Guerra Colonial ou à saída de Timor-Leste.

No caso das FP-25, sendo um período mais recente, ainda há pessoas vivas que estiveram envolvidas e vítimas, assim como as suas famílias. Mas a questão é que “o processo decorreu em democracia, com informação”. De facto, “todos eles já apareceram nos jornais, foi tudo publicado, o julgamento decorreu e de-



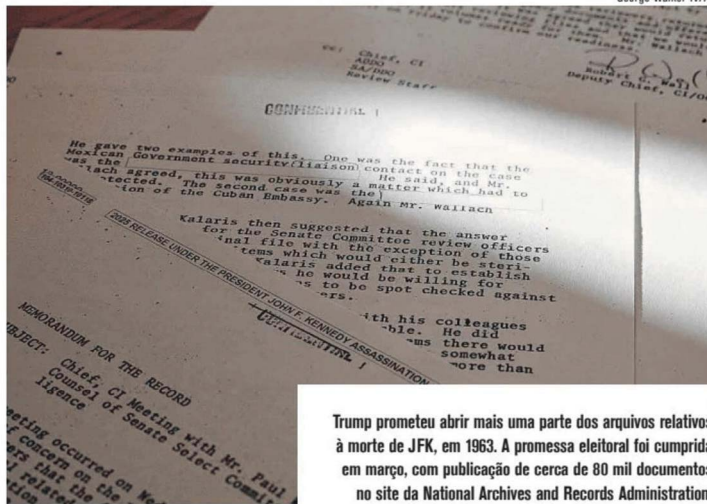
“A Igreja não tem medo da História”, disse o Papa Francisco em 2019 quando anunciou a desclassificação dos dossiês no Arquivo Secreto do Vaticano (hoje Arquivo Apostólico do Vaticano) referentes ao pontificado do Papa Pio XII, entre 1939 e 1958. O líder da Igreja Católica no tempo da II Guerra Mundial foi acusado de não ter levantado a voz contra o fascismo e o nazismo.



pois houve uma amnistia política”. Uma situação diferente do que acontecia antes do 25 de Abril, em que havia a censura.

Para as suas investigações, Irene Flunser Pimentel já teve também de consultar os arquivos da CIA, nos EUA. Os documentos que consultou estão online e a inteligência americana “tem a liberdade de riscar determinadas frases” alegando razões de segurança. Eventualmente, “poderá acontecer o mesmo com os documentos do SIS”, admite.

Na campanha eleitoral, Donald Trump prometeu abrir mais uma parte dos arquivos relativos à morte do Presiden-



Trump prometeu abrir mais uma parte dos arquivos relativos à morte de JFK, em 1963. A promessa eleitoral foi cumprida em março, com publicação de cerca de 80 mil documentos no site da National Archives and Records Administration.

te JFK, assassinado em Dallas, em 1963. Esse momento trágico na história dos EUA tem alimentado muitas teorias da conspiração. A promessa foi cumprida em março, com publicação de cerca de 80 mil documentos no site da National Archives and Records Administration (NARA).

Até agora não houve grandes revelações sobre o conteúdo desses ficheiros. A versão oficial é a de que o atirador Lee Harvey Oswald agiu sozinho. Mas os documentos levantam a suspeita de que o regime cubano poderia estar envolvido indiretamente, uma vez que o atirador visitou a embaixada de Cuba no México antes de cometer o crime.

A ordem executiva de Trump visa ainda desclassificar os restantes registos federais sobre os assassinatos do político Robert F. Kennedy e do ativista Martin Luther King Jr. em 1968.

Em abril passado, também o Presidente argentino, Javier Milei, decidiu publicar no site do Arquivo Geral da Nação (AGN) documentos secretos com informações sobre nazis que fugiram para a Argentina depois da II Guerra Mundial.

Os documentos em causa já tinham sido desclassificados em 1992, mas só podiam ser consultados numa sala do

AGN. De acordo com a imprensa internacional, esta decisão de Milei surgiu depois de um encontro com elementos do Centro Simon Wiesenthal, uma organização internacional que combate o antissemitismo e de um pedido do senador republicano dos EUA, Chuck Grassley.

Os arquivos têm o registo de mais de 60 nazis que viveram na Argentina, alguns com identidade falsa. Entre eles estão oficiais das SS, funcionários administrativos de campos de concentração e técnicos ligados à indústria de defesa do regime hitleriano, que entraram no país entre 1945 e 1952 com o apoio de simpatizantes e setores do Governo argentino.

A informação disponibilizada indica que houve movimentações financeiras em bancos argentinos, aquisição de propriedades e vínculos com empresas privadas, o que leva a crer que parte desses fugitivos teve uma vida confortável e apoio durante décadas, diz a imprensa argentina. Esta informação é relevante para os historiadores do Holocausto, para entender o que permitiu a permanência destes nazis na América do Sul, durante o Governo de Perón.

"A Igreja não tem medo da História", disse o Papa Francisco em 2019 quando anunciou a desclassificação dos dossiês no Arquivo Secreto do Vaticano (hoje Arquivo Apostólico do Vaticano) referentes ao pontificado do Papa Pio XII, entre 1939 e 1958. O líder da Igreja Católica no tempo da II Guerra Mundial foi acusado de não ter levantado a voz contra o fascismo e o nazismo. Esta decisão de Francisco disponibilizou mais de 40 mil documentos aos investigadores que têm vindo a ser estudados desde então.

De acordo com o jornal Corriere della Sera, há documentos que revelam que o Papa teria conhecimento do que se passava nos campos de concentração nazis. O jornal cita uma carta encontrada por um arquivista do Vaticano, com a data de 14 de dezembro de 1942, que foi escrita pelo padre jesuíta Lother König, membro da resistência na Alemanha, e enviada ao secretário particular de Pio XII, onde conta pormenores sobre o extermínio de milhares de judeus nos campos nazis de Belzec, Auschwitz e Dachau.

O QUE AS CARTAS À VIRGEM REVELAM

Não só os arquivos do Vaticano, mas também o do Santuário de Fátima têm dado informação relevante para conhecer a história, revela o jornalista António Marujo, especialista em assuntos religiosos. Foi lá que pesquisou o Correo de Nossa Senhora em 2019, que há poucos anos já guardava mais de 8 milhões de documentos enviados pelos devotos desde os anos 1930, que só ficam acessíveis para consulta 50 anos depois da sua data. Procurava cartas e mensagens que chegaram ao Santuário sobre a guerra, em particular a guerra colonial.

"Não tinha muita consciência do que ia encontrar", confessa. Mas "à medida que fui consultando as mensagens, sobretudo as cartas, tive a percepção de que a opinião das pessoas foi mudando com a passagem do tempo". Se no início havia aquela ideia de que "vamos para Angola e vamos dar cabo daqueles terroristas que são comunistas", depois "as pessoas vão percebendo que a guerra não tem solução e que há pessoas a morrer". O tom passa a ser: "nossa Senhora, acaba com a guerra." Essa pesquisa resultou no livro "A Caixa de correio de nossa Senhora", publicado em 2020 pela Temas & Debates, e em várias reportagens no Expresso e na SIC, neste caso em parceria com o jornalista Joaquim Franco.

"Para a reportagem televisiva falámos com um especialista que nos dizia que só estudar a caligrafia das pessoas já daria um Tratado", refere o jornalista. Nas mensagens, oriundas de pessoas de diferentes idades, condições sociais e origens geográficas, "percebe-se o país analfabeto que tínhamos há 60 anos, porque as pessoas escreviam com muitos erros ortográficos e com uma deficientíssima estrutura gramatical". E fica também evidente que "muitas pessoas pediam a outras para escrever".

No fundo, conclui, "há ali uma série de elementos, antropológicos, linguísticos, sociais...a todos os níveis." As histórias que foi lendo também permitem fazer um retrato social onde as paixões proibidas, o alcoolismo, os conflitos familiares, as dívidas, as zangas com outras pessoas, os abusos, a violência... "está lá tudo".